

O «impulso» de agressão na polémica entre a zoologia e a psicologia

WOLFGANG MICHAELIS *

1. A CONCEPÇÃO POPULAR DE AGRESSÃO

Através da crónica da guerra devastadora e dos meios de informação, todos os dias se nos impõem directamente frequentes actos de violência, que nos levam a tomar conhecimento do absurdo das agressões; é, portanto, tranquilizador ter uma explicação plausível e aparentemente intangível para este fenómeno: por isso, a concepção de um «impulso» *biológico* impede-nos de obter um melhor conhecimento das agressões. Tal como a natureza nos força a dormir uma parte considerável da vida, a gastar dinheiro na alimentação e na produção de um clima biológico salutar, tão-pouco depende da nossa decisão viver amigavelmente uns com os outros. Quanto mais tempo estivermos sem comer, tanto mais urgentemente teremos necessidade de alimento; e quanto mais tempo estivermos sem realizar nenhuma agressão, tanto mais estaremos dispostos a reagir também agressivamente perante o estímulo

mais insignificante ou até a procurar oportunidades para um comportamento agressivo.

A sociedade chegou a acordos (normas sociais), sobre a forma como pode canalizar os impulsos naturais por vias em geral aceitáveis. Para a eliminação dos excrementos há regras determinadas quanto à natureza do tempo e do lugar, do mesmo modo que existem, para o impulso sexual, formas de manifestação sancionadas. Por conseguinte devem criar-se também canais adequados para o impulso de agressão, que sejam considerados inofensivos para a sociedade: desporto, caça, guerras «justas». Quanto mais possibilidades criarmos para uma tal agressão controlada, tanto mais improvável será uma erupção da agressão num lugar inoportuno. Assim, às pessoas especialmente agressivas dever-se-ia também, conseqüentemente, proporcionar oportunidades particularmente numerosas.

2. OBJECÇÕES CIENTÍFICAS CONTRA A CONCEPÇÃO VULGAR

Por mais familiar que nos possa ser a agressão com a roupagem do impulso biológico, a abundância de resultados das investigações aponta já há muito para um outro conceito: as agressões não são o produto de uma ener-

* Universidade de Kiel, Instituto de Psicologia, Alemanha Federal. Uma primeira versão deste artigo foi publicada em *Naturwissenschaftliche Rundschau*, Wissenschaftliche Verlagsgesellschaft. Separata do volume 27, fascículo 7, Julho de 1974, pp. 253-266. Cedido pelo autor para publicação em português com alteração em relação à primeira versão alemã. Tradução de Fátima Sequeira.

gia *endógena* produzida *continuamente*, mas sim, apenas uma *reação* a determinados estímulos *exteriores*. Que o conceito de «impulso de agressão» ainda pudesse conseguir, ao princípio, a qualidade manifesta de uma *evidência cultural*, isso resultava de duas espécies de razões.

Por um lado trata-se de um conceito intelectual e emocionalmente aceitável para todas as pessoas. Não só existe aqui uma explicação geralmente compreensível — porque *linear* e *monocausal* — que além disso é apoiada pela evidência dos acontecimentos (ver a história da ordem mundial geocêntrica), mas também satisfatória, porque absolve de uma culpa *moral*. Por outro lado, esta concepção foi defendida por duas personalidades que gozam de uma grande reputação, tanto dentro como fora da área da sua especialidade: Freud e Lorenz.

Lorenz (1937) engloba também no seu conceito de agressão simples regularidades do comportamento instintivo por ele explicitadas. No entanto, contradiziam-no observações de que a disposição de um animal para reagir, durante a agressão, comportava *oscilações*. Uma modificação, por conseguinte necessária, da hipótese do instinto de agressão, podia realizar-se em duas direcções opostas.

Primeira possibilidade: mantém-se o postulado fundamental da teoria do instinto (mera determinação genética do estímulo desencadeador e do curso da reacção); para isso abandona-se o carácter exclusivamente reactivo do comportamento.

Segunda possibilidade: conserva-se o momento reactivo do comportamento; é admitida (sobretudo em animais superiores) uma influência mais forte dos mecanismos de aprendizagem (experiência) sobre a determinação das qualidades do estímulo e da reacção. Enquanto, no primeiro caso, se pergunta se tem lugar uma reacção, no segundo caso trata-se de saber *qual* reacção se deve esperar.

Lorenz escolheu o primeiro caminho e voltou de novo à abandonada Teoria do Impulso, em uso na psicologia por volta do fim do sé-

culo XIX e princípios do século XX, mas que se revelou heurísticamente infrutífera.¹

Se Lorenz infringe o princípio teórico-científico da *parcimónia* ao recorrer, para salvar a Teoria do Impulso caída em descrédito, a uma hipótese auxiliar que também é duvidosa, isso tem causas que podem ser entendidas num âmbito sociológico científico. Parece ao autor tão importante o esclarecimento deste campo da investigação, para uma apreciação da controvérsia acerca da explicação da agressão, que no próximo capítulo se abordará este aspecto pormenorizadamente.

As objecções empíricas contra o carácter de impulso da agressão foram já várias vezes resumidas (por exemplo, Montagu, 1968; Hinde, 1967; Selg, 1971). Entretanto, também o próprio Lorenz se afastou do seu ponto de vista (o que ainda mal foi tido em linha de conta por parte da psicologia) como mostra claramente uma objecção lógico-científica oriunda do seu círculo. À agressão foi sobretudo atribuída a função de velar por uma propagação óptima dos indivíduos da mesma espécie. Mas, segundo Wickler (1970), para isso a agressão não precisa das qualidades do impulso, nem da apetência nem da espontaneidade: «Pelo contrário: ainda que seja vantajoso que um indivíduo ou casal possa, através da agressão, manter afastados os seus rivais ou, mais ou menos da mesma maneira, criar os filhos em paz, seria igualmente desvantajoso se este indivíduo ou casal, depois de um período mais longo sem perturbação, viesse a lutar por desejo próprio e fosse, agora por seu lado, perturbar os outros.» As características do impulso poderiam ser importantes apenas para certas formas de comportamento, que se julga equilibrarem o *deficit* que põe em perigo a sobrevivência do indivíduo ou da espécie, por exemplo, para o comportamento alimentar. Os comportamentos agressivos (e analogamente

¹ Até que ponto podem ser absurdas as teorias do Impulso, é o que mostra a colectânea de Bernard (1970), que reuniu mais de 1400 impulsos (para cada actividade nitidamente demarcável, um impulso especial).

também os comportamentos de fuga) deveriam, contudo, encontrar-se meramente à disposição do indivíduo, do mesmo modo que os reflexos, que têm uma base automática endógena.

3. DEPENDÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO DOS DADOS CIENTÍFICOS DA SOCIOLOGIA

Partindo da suposição de que nenhum biólogo é ainda partidário da hipótese do impulso de agressão (isto pode não ter penetrado na consciência do público, tanto mais quanto é certo que precisamente o pensamento psicanalítico domina de novo a opinião), a própria controvérsia entre a zoologia e a psicologia resulta da questão de saber se o desencadeamento/inibição da agressão e dos actos agressivos é inato ou aprendido. A controvérsia também não pode ser resolvida inequivocamente a partir dos dados apresentados até agora; ainda assim pode-se sempre concluir, depois de uma revisão do material empírico, que a questão (e com ela também as suposições que lhe são subjacentes) tem sido formulada por ambas as disciplinas de uma forma unilateral e exagerada. Teria sido cientificamente mais útil pôr a questão de uma forma mais diferenciada: quais as *espécies*, quais os mecanismos *desencadeadores* e *inibitórios*, quais as componentes do *comportamento* e até que *ponto* são dependentes do genoma ou da aprendizagem? Se se aceitar à partida que uma simples separação de alternativas, num plano científico, nem é provável nem possível, ganha uma importância muito especial a circunstância de que, não obstante, a zoologia põe em primeiro plano o ponto de vista genético, e a psicologia, pelo contrário, o ponto de vista da aprendizagem. Parece primordial mostrar que com a recusa de discussão dos resultados empíricos foi tomada uma decisão inteiramente subjectiva, que é dependente de variáveis que apenas indirectamente têm alguma coisa a ver com o objecto da investigação.

Afirmações diferentes sobre o mesmo objecto são em primeiro lugar dependentes da tradição e da perspectiva com que uma disciplina está habituada a considerar o seu objecto: assim, um pintor faz declarações diferentes das de um físico sobre a qualidade das cores.

Devemo-nos lembrar que hoje já não é aceite o ponto de vista ingénuo na teoria científica, segundo o qual os progressos do conhecimento das ciências da Natureza surgem por se olhar a «Oficina da Natureza» com a maior perspicácia possível, para identificar exactamente as leis aí contidas. Uma tal verdade ontológica não existe (Seiffert, 1971). Trata-se antes de compreender e descrever as relações possíveis, de tal forma que nem contradigam as observações empíricas nem sejam inacessíveis ao sistema do pensamento humano. As leis que descobrimos não são uma reprodução sem pressupostos de leis realmente existentes, mas antes uma projecção resultante do sistema lógico.

Perante a existência de disciplinas parcelares, que põem no centro das suas investigações determinados pontos de gravidade, do conjunto dos acontecimentos por nós compreensíveis, dá-se a tendência especial para ordenar todos os acontecimentos em relação a partir desse centro de gravidade. A divisão em disciplinas e a conseqüente contração de relações torna-se um perigo neste momento, em que já não é reconhecida a dependência de todas as afirmações da investigação de tais pressupostos estruturais. Para continuar com o exemplo do artista e do físico, é o que se passa quando um contrapõe e defende as suas relações em termos físicos (comprimentos de onda, luz) perante o outro, cujas afirmações sobre qualidades estéticas seriam «falsas».

Este perigo parece ter acontecido relativamente ao objecto de investigação da agressão na discussão entre cientistas dos animais e cientistas do homem. Embora no estabelecimento da disciplina não se tenha partido explicitamente dos respectivos pressupostos já referidos, logo pareceu evidenciar-se que os animais

eram muito menos capazes de aprendizagem (capazes de adaptação) do que a singular espécie *Homo Sapiens*. A partir daí, o interesse dos zoólogos depressa se concentrou sobre a componente *genética* do comportamento, e o interesse dos Psicólogos sobre a componente *ambiental*. Como consequência necessária desta concentração de interesses resultou um interesse muitíssimo maior por parte dos zoólogos no conhecimento das regularidades da transmissão hereditária, e portanto dos psicólogos, pelo contrário, no das regularidades da adaptação cognitiva. Como foram rapidamente adquiridos novos conhecimentos, em que se dispõe tanto de progressos em conhecimentos de base como em métodos de investigação efectivos, acumulam-se os factos ganhos — e as novas teorias resultantes logo divergem, em correspondência com a concentração de interesses original.

Vê-se que, na ciência, um processo pode facilmente produzir primeiro estruturas de ordem resultantes apenas do acaso, processo que tem o carácter de um círculo vicioso. Apesar disso, não se devem de modo nenhum conceber ambas as componentes, genética e ambiental, como mutuamente exclusivas. Trata-se sobretudo de regularidades bem dimensionadas (em vez do «ou-ou» exclusivo, a gradação do «mais-menos»). Trata-se de variação tanto intra-específica como inter e intra-individual: há espécies que são quase incapazes de aprendizagem e outras que o são em elevada medida. Do mesmo modo, distinguem-se dimensionalmente os indivíduos pertencentes à mesma espécie. Dentro do próprio indivíduo, devemos distinguir vários tipos de comportamento que são mais ou menos dirigidos geneticamente ou pela aprendizagem; e, mesmo dentro de cada tipo de comportamento, a acção limitada temporalmente depende das componentes da situação. Assim, por exemplo, em determinadas situações a participação genética no comportamento inteligente será maior do que noutras situações similares.

Também os objectivos, ou pelo menos os objectivos intermédios, devem necessariamente

ser diferentes para a zoologia e para a psicologia. Certamente ambas as ciências aspiram ao conhecimento, isto é, a uma representação das relações entre variáveis, empírica e logicamente livre de contradições. E sem dúvida, todo o conhecimento serve, em última análise, para uma aplicação útil. Nas Ciências Humanas, esta está sempre muito mais directamente em primeiro plano: dever-se-ia poder deduzir dos conhecimentos instruções para a acção. Concretamente no caso da agressão, o psicólogo quer não só saber onde residem as suas causas e como decorre um acto de agressão, mas também como é que as suas causas e o seu decurso são controláveis. A partir daqui, o conjunto dos acontecimentos da investigação é focalizado também noutro ponto.

4. DEPENDÊNCIA DOS RESULTADOS DA INVESTIGAÇÃO DO ACESSO AOS DADOS

Os sofismas favorecidos pela relação interdependente entre o objecto e o interesse da investigação, e as vivências subjectivas evidentes, são ainda reforçadas, de forma característica, pelo respectivo acesso selectivo aos dados. Não se pode realizar com crianças nenhuma experiência de criação, a não ser que as sujeitássemos a planos de experiência, objectivos na verdade, mas que ultrapassam os limites éticos. Por outro lado, os dados que os zoólogos adquirem em experiências de aprendizagem com animais, devem também ser muito pouco informativos, uma vez que não há possibilidade de comunicação directa entre o animal e o homem. Nas experiências de aprendizagem com pessoas, porém, podem-se isolar as variáveis cognitivas e motivacionais com mais perspectiva de sucesso.

Neste contexto, seria de referir também os diferentes critérios, segundo os quais os psicólogos e os zoólogos limitam a cientificidade da aquisição de conhecimentos. Para os zoólogos são as conclusões indirectas da filogénese,

mediante operações científicas. O psicólogo², pelo contrário pensa poder confiar rigorosamente apenas em dados adquiridos empiricamente e recusa estritamente qualquer extrapolação lógica, tendo em vista as tristes experiências que a sua disciplina num passado ainda recente tinha de fazer.

Se o psicólogo parte da experiência de que os resultados não podem ser generalizados dentro do mesmo círculo cultural (por exemplo, da população da cidade para a do campo) e ainda menos dentro da totalidade da espécie, não é, porém, obrigado a deduzir daí uma rectificação repreensiva contra o zoólogo. Desta forma, ter-se-ia apercebido de que a velocidade de desenvolvimento no reino animal é muito inferior à da espécie humana. Todavia, a inversão desta advertência parece ainda mais necessária para a modéstia científica; a desfasagem de desenvolvimento entre o homem e o animal parece ser subestimada com demasiada facilidade, em especial por muitos etologistas, por se concentrarem sobre semelhanças morfológicas, histológicas e fisiológicas, e descurarem entretanto os resultados da anatomia cerebral e das leis funcionais do cérebro.

Esta curta discussão epistemológica parecia necessária, para permitir tornar consciente que a polémica entre ambas as disciplinas, relativa à agressão (e outros fenómenos) se baseia em *mal-entendidos*: os respectivos resultados contraditórios não possuem qualquer validade geral; são em grande medida dependentes de diferentes contracções de interesses bem como de um acesso restrito aos dados. Os resultados da zoologia a respeito da determinação genética preponderante do comportamento, podem apresentar uma grande validade no reino animal — uma transposição para as pessoas pode ter apenas um carácter hipotético e um valor

heurístico relativo, tal como uma extensão das leis da aprendizagem da psicologia humana para o reino animal. Uma estrutura de relações de agressão deveria portanto, ser tão flexível, que resultados novos e com uma validade mais geral daí pudessem ser deduzidos e integrados.

5. AMPLITUDE DA DETERMINAÇÃO GENÉTICA DA AGRESSÃO HUMANA

Se, apesar das advertências feitas directamente, o ponto de vista da psicologia foi, em consequência, continuamente afastado do primeiro plano, de modo nenhum isto aconteceu com pretensão a uma verdade objectiva, mas apenas porque o conceito zoológico-etológico da agressão se presumiu ser relativamente conhecido devido à grande popularidade dos trabalhos de Lorenz (1963; ver também Precht, 1973).

Também um psicólogo não negaria que a cada comportamento correspondem fundamentos biológicos específicos. A possibilidade que uma pessoa tem de falar, não depende apenas da anatomia da boca — área faríngea e da existência de determinadas regiões cerebrais, bem como das respectivas vias condutoras aferentes e eferentes, mas também de outros pressupostos genéticos que não foram senão em parte examinados. Então *o que* uma pessoa diz perante *determinado* estímulo, só se apresenta com carácter fixo no caso de expressões sonoras sem função primária de comunicação (som expressivo, sons de dor, por exemplo).

Naturalmente o homem possui do mesmo modo a capacidade de agressão. Dispõe de uma mão, que pode cerrar em punho, para com ela bater; possui igualmente as respectivas vias nervosas, para activar o punho. É capaz de outras formas de agressão, pode servir-se de palavras cínicas, construir bombas. Já na enumeração destes poucos exemplos se deixa adivinhar que o homem é capaz de uma multiplicidade extraordinária de actos agressivos. Decorrerão então todos estes actos segundo um modelo pré-programado, tal como postula o

² Referimo-nos aqui à psicologia orientada para as Ciências da Natureza e não à psicologia de proveniência mais antiga, e de modo algum àqueles «especialistas» que — usurpadores do título profissional não registado —, transformam os seus «conhecimentos» de publicações baratas em moeda sonante.

conceito de instinto? Além disso, serão determinados comportamentos agressivos desencadeados apenas por sinais de características fixas, que o homem podem também reconhecer inatamente? Ninguém poderia defender isto seriamente. Defende-se, antes, que a influência da aprendizagem também pode desempenhar um papel nos movimentos instintivos: o próprio padrão de comportamento pode ser modificado, bem como ligado a estímulos ligeiramente diferentes. O facto de que desencadeadores inatos e programas inatos de acção podem ser cobertos pela influência de aprendizagem, torna inverificável a hipótese do instinto defendida pela etologia, visto que não se pode realizar uma refutação. Segundo as normas da teoria científica em vigor (Popper, 1966), tais hipóteses, cuja falsidade não se pode provar, devem ser recusadas como não científicas.

Por razões de economia científica, a hipótese do instinto de agressão parece também pouco frutuosa para os psicólogos. Mostram-se, nomeadamente, variáveis tão débeis, que a sua influência em comportamentos manifestos não é observável e a colocação de tais variáveis no centro de um plano de investigação não poderia ser muito prometedora de resultados. Pode-se objectar contra esta argumentação que os métodos de registo dos comportamentos humanos não foram simplesmente desenvolvidos até aqui com a subtilidade suficiente para com eles se poder compreender a importância dos componentes genéticos. Assim, uma indicação de que também nas pessoas existem inibidores da agressão, talvez possa ser deduzida dos resultados das «experiências de desfiguração» de Selg. Nesta experiência, algumas crianças tinham de carimbar o retrato de um gatinho. A experiência, que tinha meras intenções diagnósticas, foi perturbada, segundo Selg, por um pequeno número de crianças, que teimosamente se negaram a carimbar a cabeça do animal e portanto a destruí-lo. Não é, pelo menos, muito provável que esta inibição seja redutível a um processo de aprendizagem.

Apesar das possibilidades técnicas efectivas de experimentação (porque livres de limitações

éticas), também não é de todo simples apresentar uma prova de existência do instinto de agressão nos animais. Pois a conclusão dos resultados só existiria se se houvesse adquirido dados do comportamento a partir de animais que jamais tivessem tido oportunidade de observar tal ou tal junção de estímulos-chave e de tipos de comportamento, noutros animais. Tornaram-se conhecidos, por exemplo, as experiências de Ulrich (1966) com ratos, a que ele aplicava choques eléctricos nas patas. Tais animais, que eram socialmente inexperientes, reagiram também com comportamentos agressivos contra animais da mesma espécie. Na verdade, o facto é que eram, em geral, de mais fraca amplitude do que em animais socialmente experientes; o que mostra, pelo menos, que a influência da aprendizagem não é desprezável. Os animais jovens, como de costume, não podiam ser separados das mães imediatamente após o nascimento, mas só depois do desmame. Não é improvável que tivessem já assistido, ao pé da mãe, a comportamentos agressivos perante estímulos dolorosos (por exemplo durante a amamentação). O efeito dos *mecanismos inibidores*, que foram analogamente identificados e em grande difusão em diferentes espécies, é também mais fácil de observar em animais.

A hipótese do instinto implica que tais mecanismos, que podem ser considerados especialmente resistentes, devem existir precisamente em grande medida nos animais. Schaller (1972), contudo, conseguiu registar também, observando durante anos leões em campo aberto, lutas entre congéneres que acabavam com a morte de um dos contendores, bem como outras disputas durante as quais os combatentes abandonavam a arena com ferimentos tão graves que as suas probabilidades de sobrevivência eram sem dúvida muito limitadas. O próprio assassinio e o canibalismo não são desconhecidos dos leões. Assim, os machos de um grupo de leões foram mortos por outro grupo que finalmente devorou também os jovens daquele.

Wilson (1973) indica, a esse propósito, que o assassinio de conspecíficos é observado com

uma frequência tanto maior quanto mais rigorosamente uma espécie é observada em investigações de campo.

Por conseguinte, a hipótese parcial dos mecanismos inibidores é sujeita a dúvidas, o que por outro lado sugere algumas conclusões sobre a validade *geral* da teoria do instinto. Na verdade, seria de considerar numa crítica da hipótese da inibição que animais resistentes se portam em geral mais pacificamente em campo aberto do que no jardim zoológico, sob o efeito da falta de espaço. No entanto, esta objecção pode ser finalmente interpretada apenas no sentido de que os mecanismos postulados na teoria do instinto não têm uma validade limitada mas podem ser anulados pela experiência proporcionada pelo ambiente.

6. DETERMINAÇÃO DO COMPORTAMENTO HUMANO PELA APRENDIZAGEM CONDICIONADA

Se os mecanismos do instinto, que ainda mal são identificáveis com os métodos de medida existentes, podem ser, pelo menos nos animais superiores, a tal ponto influenciados pela experiência, a psicologia, debaixo de considerações heurísticas, não pode deixar de pôr o conceito de aprendizagem no centro da investigação da agressão. No entanto, a pretensão a poder explicar a agressão apenas através da teoria da aprendizagem deve parecer, ante a consideração conjunta dos resultados de ambas as disciplinas, tão injustificada quanto a tendência oposta por parte da etologia, relativamente à teoria do instinto.

Com o conceito de aprendizagem, a psicologia designa qualquer processo não condicionado biologicamente, que conduza a uma modificação do comportamento. A forma mais simples de aprendizagem é o condicionamento clássico (condicionamento de reflexos), que foi pela primeira vez metodicamente analisado por Pavlov. Durante a apresentação de um estímulo (incondicionado) alimentar, por exemplo,

um organismo segrega reflexamente sucos gástricos. Se de cada vez for apresentado simultaneamente com o estímulo incondicionado um outro estímulo qualquer (condicionado), então o reflexo aparece finalmente também sempre que este novo estímulo (o som de uma campainha, por exemplo) actue separadamente.

As formas mais complexas de comportamento, mas mais significativas para a aprendizagem, são o condicionamento operante e a aprendizagem por modelação. Durante o condicionamento operante, um comportamento é associado com uma recompensa (reforço). No caso da agressão, quando surge numa criança pequena um determinado desejo (ou seja, uma perturbação homeostática, por exemplo, a fome) primeiro ela chorará de uma forma meramente expressiva. Como a mãe lhe realiza (reforça) a maior parte das vezes o desejo durante o choro, este passa a ser sempre utilizado como instrumento; aprendeu como se pode conseguir a realização de um desejo.

Na aprendizagem por modelação, a criança não sente esta experiência do reforço em si própria (talvez não chegue a chorar), mas noutros: aprende, por imitação, de que forma um determinado comportamento pode provocar uma determinada reacção desejada. O que é geralmente concebido pelo leigo como aprendizagem, é no sentido do conceito de aprendizagem da psicologia, uma subforma desta aprendizagem de modelos, nomeadamente uma aprendizagem intencional de modelos. Numa grande quantidade de experiências, sobre os mais diversos domínios do comportamento, a aprendizagem de modelos tinha-se mostrado como sendo a forma mais eficaz de aprendizagem de padrões complexos de comportamento. Numa série de experiências, a psicologia pôde comprovar que uma grande parte do reportório de comportamento, na sua expressão característica (geralmente considerada como personalidade ou carácter) e precisamente também os comportamentos humanos agressivos, são aprendidos desta forma.

HIPÓTESE DE CATARSE I: DIMINUIÇÃO DA TENSÃO INTERIOR

Visto que, neste âmbito, todos os resultados de dezenas de anos de investigação sobre a agressão, não podem ser citados senão de forma aproximadamente representativa (alguns milhares de publicações), entremos ao menos nos problemas particularmente interessantes da obstrução e cansaço bem como no da oportunidade, já abordados por Precht (1973). Dizer alguma coisa sobre isto, é tanto mais importante quanto ambos devem ser vistos em conexão com a chamada *Hipótese de Catarse*. Esta hipótese remonta à ideologia da filosofia grega, onde foi sobretudo defendida por Aristóteles. Este admitia que o homem seria purificado pela contemplação de problemas representados exageradamente na tragédia das suas paixões (não só em relação com a raiva, cólera e desgosto). Esta hipótese foi aproveitada por Freud, em conexão com a sua teoria da pulsão. Este esperava que a tensão *interna* diminuisse depois da realização de uma agressão. Desta hipótese, separa-se nitidamente a Hipótese de Catarse II, que foi proposta pelo grupo de Yalle (1939), como conclusão da hipótese de Catarse I, e foi trazida ao público por Lorenz (1963), numa forma mais simplificada: se um indivíduo pudesse ser agressivamente activo, então a probabilidade de execução de actos agressivos ulteriores diminuiria.

A Hipótese de Catarse I (diminuição da tensão) foi sobretudo examinada experimentalmente pelo grupo de Hokanson (1970). Nestas experiências, era dada a pessoas zangadas a possibilidade de realizarem actos agressivos, em que tanto na fase de zanga como na fase de agressão eram recolhidos índices fisiológicos (por exemplo: tensão arterial, frequência de pulsações).

A primeira experiência de uma série começada em 1961, parecia confirmar inteiramente a Hipótese de Catarse I. Em primeiro lugar, a tensão arterial subia notoriamente em todas as pessoas depois da provocação. A metade, foi logo dada a possibilidade de reagir agressiva-

mente dentro de um quadro socialmente sancionado (logo sem inibição moral). A outra metade (grupo de controlo) executou uma tarefa neutra durante um período de tempo comparável. Enquanto no grupo agressivo se registou uma queda rápida de tensão arterial para o nível dos resultados anteriores à provocação, o grupo de controlo pelo contrário mostrou uma descida muito lenta.

Em experiências ulteriores, foi analisado o significado de variáveis especiais como a forma de agressão, o estatuto social do provocador e a autorização social da agressão. Demonstrou-se, assim, que (contrariamente à hipótese psicanalítica) as agressões que não podiam ser efectivamente realizadas (ver cinema, televisão) não tinham qualquer efeito catártico. Agressões contra uma pessoa de elevado estatuto social faziam, ao contrário do previsto, aumentar ainda mais a tensão arterial. E agressões contra um substituto do provocador (socialmente injustas) não mostraram igualmente qualquer efeito catártico.

Para examinar mais rigorosamente o poder prognóstico limitado da Hipótese de Catarse I, foi alterado o plano geral das experiências, numa segunda série experimental: os sujeitos experimentais tinham de dominar uma situação durante a qual tinham de trabalhar conjuntamente, tendo sido, no entanto, colocados em células separadas e isoladas, em que lhes foi dada a possibilidade de comunicação com um parceiro através de corrente eléctrica (situação social modelo). A reacção ao comportamento do parceiro realizava-se ou através de um acto agressivo (choque eléctrico), de uma recompensa (sinal de uma lâmpada) ou de uma reacção neutra. O parceiro social do sujeito experimental era, na verdade, um cúmplice do condutor da experiência (sujeito experimental cúmplice). Como sujeitos experimentais cúmplices foram usadas pessoas do mesmo sexo do sujeito. As reacções em relação aos autênticos sujeitos experimentais foram programadas com antecedência e decorriam sempre segundo o mesmo modelo. Como sujeitos experimentais

serviam estudantes tanto masculinos como femininos.

Os resultados não confirmam a Hipótese de Catarse I: na verdade a tensão arterial subia nos sujeitos experimentais masculinos bem como nos femininos, depois de terem recebido um choque ministrado pelo sujeito cúmplice. Depois de uma reacção de contra-choque, a tensão arterial nos sujeitos experimentais masculinos descia do mesmo modo abruptamente, enquanto depois de uma reacção de recompensa ou neutral, a excitação só passava lentamente. Nos participantes femininos apresentou-se, pelo contrário, um resultado inteiramente diferente: perante uma reacção favorável (recompensa), a excitação baixava rapidamente; no entanto, se usavam as outras duas possibilidades de interacção (agressão, reacção neutral), a excitação decaía apenas lentamente.

Que esta limitação da Hipótese de Catarse I não deve ser atribuída especificamente à variável sexo, mas pode antes ser generalizada à história da aprendizagem de uma pessoa, é o que mostra uma experiência semelhante com homens reclusos. Com base em documentos informativos sobre o comportamento anterior e durante a permanência na prisão foram formados dois grupos experimentais. Um dos grupos abrangia prisioneiros que, perante ameaças, costumavam reagir preponderantemente com a agressão, o outro grupo, os que reagiam habitualmente com passividade. Com a recolha dos índices fisiológicos na experiência, mostrou-se que os delinquentes passivos apresentavam uma queda de excitação precisamente depois de reacções não agressivas.

CAUSA PROVÁVEL DA CATARSE: EXPERIÊNCIAS POSITIVAS

Hokanson e colaboradores concluíram que cada reacção poderia ser capaz de causar uma queda de tensão, na condição de o indivíduo ter aprendido, que se podia antecipar para terminar ou reduzir a agressão sofrida ou para evitar agressões futuras. Numa terceira série de

experiências examinou experimentalmente esta hipótese adquirida *post hoc* (portanto, com pouco poder prognóstico) num plano de experiências alargado. Primeiro, as experiências começaram como as da segunda série. Como se esperava, os sujeitos experimentais femininos mostraram uma queda de tensão brusca, quando reagiam agressivamente. Depois desta fase de introdução (linha de base), numa segunda fase (fase de aprendizagem), o sujeito cúmplice já não reagia casualmente, mas sim sistematicamente: com sujeitos experimentais femininos respondia respectivamente com choque à amabilidade e com amabilidade ao choque, com os sujeitos masculinos de forma inversa. No decurso desta fase de aprendizagem, os sujeitos femininos mostraram cada vez mais reacções agressivas; os masculinos, pelo contrário, cada vez mais interacções amigáveis. No final da fase, a reacção vascular mostrava-se contrária à inicialmente indicada: nos sujeitos femininos apareceu uma queda abrupta de tensão depois da agressão — mas depois da amabilidade, contudo, uma diminuição lenta; os sujeitos experimentais masculinos reagiram de forma respectivamente inversa. A esta segunda fase da experiência, seguiu-se uma terceira (de extinção): o sujeito cúmplice reagia ao acaso como na fase inicial, até se restabelecer o padrão de reacções do sujeito experimental, originalmente indicado.

A verdadeira causa redutora da tensão do comportamento agressivo, não é, portanto, a sua característica de «agressividade», mas antes a história de aprendizagem (experiência) que lhe é subjacente. Visto que, na nossa cultura, à agressão se segue a maior parte das vezes a fuga, não é de estranhar que a agressão conserve o seu carácter instrumental (garantia de resultados). Que este efeito moderador da experiência aprendida não se aplica só a ambos os sexos, foi mostrado em experiências ulteriores, em que sujeitos experimentais masculinos e femininos foram de novo examinados. A disposição dos aparelhos foi ligeiramente modificada: em vez da possibilidade de reacção «neutral» foi introduzida a reacção «choque a si

próprio». O choque, que os sujeitos experimentais podiam aplicar a si próprios, era, apesar disso, menor do que o choque a esperar do parceiro (distribuindo-se nas diferentes experiências, de 3/4 de choque do parceiro até choques apenas sensíveis). Os sujeitos experimentais reagiram, como era de esperar, segundo os resultados das experiências precedentes, conforme o sexo, primeiro ao choque com o contra-choque ou amabilidade. Durante a segunda fase (de aprendizagem) o sujeito cúmplice actuava de novo sistematicamente: ao choque do sujeito experimental a si próprio reagia com amabilidade, a uma reacção amigável ou neutra reagia porém com um choque. Os resultados correspondiam ao previsto: a frequência dos choques a si próprio subiu e para o final da fase apareceu também uma redução da tensão. Estes resultados são também interessantes para o fenómeno do masoquismo. A explicação deste, evidentemente, não precisa dos processos psíquicos interiores, até agora indemonstráveis, de que parte a psicanálise.

HIPÓTESE DE CATARSE II: QUANTIDADE REDUZIDA DE ACTOS AGRESSIVOS

Já Berkowitz (1962) demonstrou experimentalmente que a diminuição da tensão interior e dos sentimentos concomitantes de raiva ou desgosto não covaria com os comportamentos agressivos. Os sujeitos experimentais tinham de resolver problemas em que novamente, como no plano de Hokanson, deviam colaborar com um sujeito cúmplice. Foi-lhes comunicado que o pretenso parceiro julgaria a qualidade do seu trabalho através do choque: quanto pior o trabalho, tanto mais choques receberiam. Na verdade, foi arbitrariamente dada, a metade dos sujeitos experimentais, uma grande quantidade de choques; à outra metade, porém, apenas um único. Finalmente, metade de cada um destes dois grupos tinha a possibilidade de proceder do mesmo modo com o parceiro cúmplice (contra-agressão). Depois de concluído este

processo, os sujeitos experimentais indicavam, numa escala de avaliação, o grau de bem-estar emocional.

Segundo a previsão da Hipótese de Catarse I, os sujeitos experimentais, que tinham podido «livrar-se» da sua raiva, sentiam-se melhores e mais livres de tensão. Além disso, os sujeitos experimentais tinham de assinalar numa lista de qualidades (que tinham significados inequivocamente positivos ou negativos) como avaliavam o seu pretenso parceiro. Esta avaliação foi feita tanto antes como depois da experiência. Resultou que tanto o grupo que tinha recebido poucos choques da pessoa cúmplice (portanto, não tinha sido provocado), como o grupo provocado sem possibilidade de contra-agressão, apresentavam melhores julgamentos (menos hostilidade) do que o grupo provocado com possibilidade de contra-agressão. O sentimento subjectivo de libertação da tensão interna, não significa, portanto, incondicionalmente, que o aparecimento de sentimentos agressivos diminua.

Se se tenta resumir interpretativamente a grande quantidade de resultados de investigações sobre a Hipótese de Catarse II, o resultado pode-se reduzir, mais facilmente, ao efeito de variáveis *cognitivas*, da seguinte maneira: se sobrevém o cansaço do comportamento agressivo, disso depende que o objectivo da própria agressão seja alcançado. Além disso, o objectivo não tem de ser incondicionalmente uma danificação do agressor; também pode ser alcançado, se ataques ulteriores do parceiro social forem impedidos de outra forma, ou seja, se o equilíbrio social de uma situação (*δικη* «a justiça» da filosofia do direito da Grécia Antiga) foi restabelecido. Buss (1961) bem como Feshbach (1961) conseguiram provar experimentalmente que os actos agressivos só conduzem a uma Catarse final no caso de serem acompanhados da raiva. A agressão «fria», pelo contrário, aumenta a probabilidade da agressão seguinte.

Mallick e McCandless (1966) descobriram que, na verdade, a catarse nas crianças não se consegue alcançar através de um jogo agressivo

precedente, mas sim quando se pode explicar plausivamente às crianças que a provocação anterior era necessária por razões justificadas. Segundo Rothaus e Worchel (1964), a tendência de pessoas ofendidas à agressão decresce também quando se procura, sem o uso da agressão, que os insultos sejam suspensos por uma terceira pessoa. Baker e Schale (1969) assim como Bramel e colaboradores (1968) mostraram que as pessoas ofendidas podem ser apaziguadas, quando sabem que o ofensor foi entretanto prejudicado de outra forma.

A CATARSE COMO EFEITO TEMPORÁRIO

Em conexão com a fadiga das agressões, são de grande interesse, na esfera humana muito especialmente, dois outros aspectos: mesmo quando em primeiro lugar se segue, à realização de uma agressão, a fadiga, que características terão os efeitos de longo alcance? E poderá seguir-se uma ab-reacção substitutiva (na fantasia)? Como já acima foi dito, cada agressão é acompanhada por uma redução de tensão, contanto que esta possa ser sentida como eficaz. Tal facilitação deveria, no sentido da teoria da aprendizagem, actuar imediatamente como um reforço positivo e, por conseguinte, levar a que no futuro, numa situação comparável, com maior probabilidade se viesse a reagir de novo com a agressão. Mencionaremos aqui, por ser representativo, um estudo experimental de Patterson *et al.* (1967), que observaram durante muito tempo crianças em jardim infantil. Obtiveram resultados que mostram o aparecimento da fadiga na execução de agressões, apenas em períodos de tempo limitados; aos comportamentos previstos em períodos maiores, pela teoria psicológica da aprendizagem, corresponderam porém, os seguintes resultados: depois de praticada a agressão, a probabilidade de actos agressivos ulteriores a curto prazo com efeito baixou; contudo, em relação a um período de

tempo maior, a quantidade de agressões aumentou nas crianças que tinham obtido sucesso com a sua acção.

A AGRESSÃO NO CINEMA E NA TELEVISÃO

A segunda questão chama hoje a atenção do público, em conexão com a representação de agressões, sobretudo violências brutais, na televisão e no cinema. Se se considera o efeito a curto prazo, então os resultados das experiências realizadas parecem pronunciar-se muito inequivocamente contra a hipótese de Catarse. Há uma série de investigações empíricas que demonstraram que a representação de agressões incita mais depressa a uma imitação (porque possui, no sentido da teoria da aprendizagem, um carácter de modelo), do que produz uma redução das tendências agressivas. Mencionaremos aqui a título de exemplo um trabalho de Heinrich (1961), que investigou a amplitude dos actos agressivos em mais de 2000 crianças, a que apresentou, em primeiro lugar, filmes agressivos, «apaziguadores» ou ambivalentes. Não se pode comprovar um efeito catártico. Em muitos casos, a agressão aumentou, muito especialmente depois dos filmes agressivos, que eram realistas e próprios para as crianças imitarem.

Uma declaração sobre o efeito a longo prazo, não é tão simples de fazer, porque há até agora muito poucas investigações empíricas. Parece, no entanto, resultar um incitamento à agressão, sob condições muito determinadas principalmente quando a agressão presenciada na representação mostra fortes relações com a situação própria, por exemplo no caso de bases sócio-culturais semelhantes; no caso de problemas que são semelhantes aos que no filme foram resolvidos através de agressão; no caso de possibilidade de identificação pessoal com o agressor; no caso de aprovação da agressão, sobretudo quando a agressão é sancionada publicamente através de forças policiais, por exemplo; e no caso da agressão no

filme ser bem sucedida. Numa discussão muito ponderada de uma quantidade de resultados, até aqui em questão, Singer (1972) chega à conclusão de uma redução de tendências para a agressão pode aparecer depois de vivências imaginárias de conteúdo agressivo ou pacífico. Essenciais para o aparecimento da *Catarse* não seriam as características próprias da agressão mas antes dimensões cognitivas como «justificado-injustificado», «real-irreal» (por exemplo, no caso de comportamentos agressivos de um passado remoto), «acabado-inacabado» (por exemplo, em filmes de *western*, que terminam classicamente com um final apaziguador cheio de clichés).

SERÁ A DISPOSIÇÃO À AGRESSÃO AUMENTADA PELAS OPORTUNIDADES OU POR ESTÍMULOS-SINAIS?

Em ligação com a afirmação de que a agressão, enquanto abreacção na fantasia, só tem um efeito diminuidor dos actos agressivos ulteriores sob condições muito específicas mas que primeiro incita frequentemente a agressão, levanta-se a questão de ser ou não conveniente, consoante as possibilidades, impedir qualquer oportunidade de realização da agressão, Laudien (1965) pôde observar, em peixes, que sobretudo as formas intensificadas da agressão (na esfera humana, seriam portanto formas brutais) aparecem em geral, e a níveis superiores de excitação, depois de ter surgido uma oportunidade. Por outro lado sabe-se (Heligenberg, 1964), que em peixes combatentes, que durante muito tempo não tiveram qualquer ocasião de lutar (quando segundo o modelo do instinto deveria ter aparecido, portanto, uma obstrução), em geral deixa de ser realizar qualquer luta. Também com as pessoas, as disposições à agressão pode enfraquecer completamente (apatia) se são frustradas permanentemente, isto é: se são impedidas de alcançar o objectivo ambicionado (Berkowitz, 1969).

Tal como Precht (1973) indicou, a actividade bélica dos peixes pode ser intensificada

por se lhes mostrar previamente o logro de um conspecifico, contra o qual eles próprios não dirigiam qualquer ataque. O conjunto dos «indutores» tem sido investigado, na esfera humana, sob a designação de estímulos-sinais (*cues*). Pode-se representar a função dos estímulos-sinais analogamente ao modo de actuação dos catalisadores químicos: não devem ser considerados como a verdadeira causa de um acto agressivo, mas podem, no entanto, desencadear-lo ou aumentar significativamente a sua intensidade. Nas investigações psicológicas, servem de estímulos-sinais tanto modelos de comportamento como objectos e conceitos que estão associados na consciência colectiva com a agressão, como por exemplo armas, lamentos, dores, nomes determinados.

Num dos primeiros estudos sobre este tema, Bandura e colaboradores (1963) compararam o efeito de diferentes modelos em crianças. O primeiro grupo viu, na realidade, como um adulto se comportava agressivamente contra uma grande boneca de borracha. O segundo grupo viu o mesmo acontecimento num écran de televisão. Ao terceiro grupo foi apresentado um filme de desenhos animados, em que a mesma agressão era realizada por um gato. Ao quarto grupo não foi mostrado qualquer modelo, servia de grupo de controlo. Depois da apresentação, as crianças foram ligeiramente frustradas e observou-se em seguida o seu jogo espontâneo. Resultado: os três grupos a que se tinha apresentado um modelo agressivo, comportaram-se de uma forma significativamente mais agressiva do que o grupo de controlo. O interessante foi que (contra a expectativa) ambos os modelos irreais (televisão, desenhos animados) influenciaram mais agressivamente as crianças do que a pessoa que tinha actuado em frente delas.

Tais modelos, enquanto estímulos-sinais, não têm um efeito a curto prazo, como se demonstrou num estudo de Hicks (1965), que escolheu um plano de experiências semelhante ao de Bandura. Quando, seis meses depois da experiência, se conduziu uma investigação pos-

terior, verificou-se no entanto que o modelo de agressão tinha permanecido inteiramente retido, só no caso em que um adulto tinha aparecido como modelo. Esta limitação, porém, não causou qualquer prejuízo à importância do resultado obtido, perante o facto de os adultos se tornarem muito mais frequentemente um modelo do que camaradas da mesma idade.

Walters e Thomas (1963) mostraram a um grupo de jovens uma cena de luta de sabre e a um grupo de controlo mostraram um filme com a mesma duração sobre acontecimentos neutros. Finalmente ambos os grupos foram comparados relativamente às suas agressões verbais agressivas e à quantidade de choque, que numa experiência de aprendizagem fictícia deram a um «parceiro» como informação de resposta. Os jovens que tinham visto o filme agressivo alcançaram em ambos os casos valores superiores de agressão. Hartman (1969) mostrou que, não só o próprio acto de agressão mas também a dor percebida na vítima como resultado, dispõe mais agressivamente sujeitos experimentais provocados primeiro (pelo contrário, com pessoas não ofendidas antes, a percepção da dor tinha um efeito oposto).

Berkowitz e Le Page (1967) estabeleceram que não só os modelos vivos podem ter o efeito de um estímulo-sinal. Colocaram na sala experimental uma arma, que não tinha nada a ver com a própria experiência. O grupo que avistou a arma, comportou-se, numa experiência de aprendizagem fictícia, de maneira significativamente mais agressiva do que um grupo de controle a quem não foi mostrada a arma. Mallick e Macandless (1966) deram a crianças uma arma de brinquedo e observaram que estas eram mais agressivas em jogos espontâneos do que um grupo de controle que realizava as suas brincadeiras sem armas. Berkowitz (1969) indicou que até a caracterização de uma pessoa através de um nome determinado podia aumentar a agressão contra ela. Ainda mais significativo parece ser o estatuto social: uma pessoa acerca de quem se afirmou que seria um pugilista, realiza mais agressões do que outras pessoas.

Os resultados das investigações aqui mencionadas a título de exemplo, foram várias vezes corrigidos. Mostram claramente como a probabilidade de uma agressão pode ser bastante aumentada através de estímulos-sinais, contanto que haja um motivo subjectivo, sentido como justificado, para o desencadear de acções agressivas. Nas experiências, a agressão foi desencadeada respectivamente por insultos ou frustração — os motivos, que também se reproduzem sempre na vida real. Os estímulos-sinais não causam certamente actos agressivos, num sentido rigorosamente monocausal; se estabelecermos, porém, como fundamento, um modelo multicausal mais realista para a génese da agressão, os resultados experimentais confirmam inteiramente a afirmação de que a agressão é originada também pelos estímulos-sinais.

Como explicação para este fenómeno foi frequentemente aceite que a excitação teria aumentado (oportunidade) ou seja, a inibição teria diminuído. Esta suposição não tem porém, realmente qualquer valor explicativo, visto não estar provado porque razão tais estímulos não poderiam provocar também outras reacções além das referidas. Parece, todavia, heurísticamente mais frutuoso um princípio de explicação no sentido da teoria geral da aprendizagem (Spence, 1956) segundo o qual, para cada estímulo (aqui tanto insultos como frustrações, isto é, bloqueamento dos objectivos) se dispõe de uma série de tendências reactivas possíveis (hábitos), que podem ser inatas ou aprendidas e que podem ser dispostas numa ordem hierárquica, através da história das aprendizagens do indivíduo: alguns hábitos têm uma elevada probabilidade de se virem a manifestar em determinada altura como comportamentos manifestos, mas outros têm apenas uma probabilidade pequena. O aparecimento de estímulos-sinais modifica então, como um reforço, a hierarquia actual disponível. Uma tendência para a resposta agressiva, que pode primeiro não ter ocupado um lugar muito ele-

vado na hierarquia, muda, pelo carácter associado dos estímulos-sinais, para uma posição de maior probabilidade.

INTERPRETAÇÃO COGNITIVA DOS ESTÍMULOS-SINAIS

Tal como já foi dito, segundo a opinião do autor, não se pode decidir, em relação às pessoas, se a agressão é dirigida também por uma activação/inibição geneticamente determinada, ou se estes mecanismos são adquiridos antes pela experiência. Igualmente, não se pode determinar em que medida o decurso do comportamento agressivo é geneticamente pré-programado ou através das leis da aprendizagem. Com base nos numerosos resultados de investigações psicológicas (Bandura, 1973) e zoológicas sobre a agressão (Scott, 1966), bem como nas objecções teóricas fundamentais da zoologia (Jander, 1968) conclui-se que o conceito de instinto na forma mecanicista e linear defendida por Lorenz, não pode ser válido. Tem que ter em consideração uma elevada influência dos estímulos relativos à situação e dos componentes da experiência. A mesma limitação é sem dúvida válida também para a teoria psicológica da aprendizagem, enquanto ela aparecer com a reivindicação de poder, por si só, explicar padrões de comportamento agressivos — e outros.

Começam a aparecer, já, testemunhos de resultados mais eficazes de ciências com um nível de análise mais fino. Adquiriu-se uma série de dados significativos com investigações em que se conseguiu induzir comportamentos agressivos por intervenção cirúrgica no cérebro, por excitação através de electrodos ou quimiotrodos implantados, ou por administração de medicamentos. Não se conseguiu, no entanto, encontrar até agora nem um centro inequívoco da agressão nem uma substância transmissora; através de intervenções cirúrgicas ou excitações modificou-se sempre também uma série de outros tipos de comportamento. Provou-se igualmente o papel enorme que as variáveis

cognitivas desempenham. É natural a suposição de que, frequentemente, se segue uma redução da agressão, por os estímulos percebidos já não serem sentidos como ameaçadores ou inquietantes. Foi demonstrado, de forma notável, como é importante a interpretação cognitiva dos estímulos-sinais, por um trabalho de Schachter e Singer (1962), que injectaram adrenalina aos sujeitos experimentais e finalmente deram a entender a metade do grupo que sentiria raiva; à outra metade, porém, induziu-se da mesma forma a euforia. As reacções resultaram em correspondência exacta com os sinais de interpretação dados.

O QUE É A «AGRESSÃO» E A «AGRESSIVIDADE»?

O facto de se trabalhar com definições pouco claras ou divergentes, conduz sempre ao desentendimento entre cientistas. A produção de uma definição inequívoca é ainda hoje um problema significativo, visto que uma comparação e uma transposição de resultados de diferentes domínios só é possível (mesmo se todas as outras condições prévias existem) se as definições se referirem realmente ao *mesmo* fenómeno.

Lorenz (1963) define agressão, sem uma oposição explícita por parte da zoologia e etologia (ver, no entanto, Precht, 1973), como sendo um *comportamento de luta intrínseco à espécie*, que serve a sua conservação. Os psicólogos (os psicanalistas, porém, diferentemente) concordaram, em geral, sobre uma outra definição: a agressão é para eles a *danificação intencional* de outro organismo. As definições divergem fortemente uma da outra, e até se aplicam a fenómenos inteiramente diferentes. Ambas as definições parecem ao autor igualmente inadequadas, porque não se compreendem sem explicações adicionais e, além disso, só mediocrementemente concordam com o sentido geral da expressão.

Os etologistas fazem, em primeiro lugar, a restrição de que haveria também comporta-

mentos de luta que não serviriam a conservação da espécie. Mas como reconheceremos isso? Em relação às pessoas é também pouco evidente que por agressão se trate apenas de comportamento de luta. Por estes entende-se, habitualmente, ataques físicos; no entanto, na esfera humana são muito conhecidos comportamentos agressivos que decorrem apenas verbalmente. É intrínseco à espécie? Não comerá o cão nenhuma agressão quando se lança a um gato ou às pernas do carteiro? Por outro lado: quando animais jovens brigam uns com os outros durante as brincadeiras — será isso agressão?

A definição psicológica (danificação intencional) tem o defeito de não se entender sem o recurso ao *conceito de papel*. Pois não se afirmaria que o dentista pratica uma agressão quando extrai um dente, ou o caçador quando mata um animal. A agressão existe quando o comportamento ultrapassa a qualidade ou intensidade definidas pelo papel: por exemplo, quando o professor castiga desnecessariamente o aluno ou o juiz condena mais duramente do que necessário, segundo as circunstâncias. Visto que o conteúdo dos papéis se transforma continuamente (pensa-se apenas no castigo através da pancada, no papel do professor), tem também que se transformar sem cessar o objecto de investigação e, além disso, só é de algum modo delinável em cada momento, através do mais meticuloso conhecimento dos papéis.

Um papel não abrange apenas profissões ou posições sociais, mas pode também surgir a partir da situação. Se eu fosse agredido, o meu papel corresponderia inteiramente a defender-me, isto é, a tornar-me por meu lado agressivo. Surge aqui uma dificuldade suplementar da definição, por se ver, através de uma consideração mais rigorosa, que qualquer agressão é reactiva. Então, pela própria aplicação de critérios pouco rigorosos, tornar-se-ia possível, precisamente, aos mais inteligentes, encontrar uma razão desculpável para os seus actos agressivos. Analisando a agressão, definida desta maneira, acabar-se-ia, portanto, por al-

cançar, em última análise, os comportamentos inteligentes. Se, para evitar este erro, se deixa apreciar por terceiros a legitimidade dos comportamentos agressivos, introduzem-se, assim, critérios de avaliação éticos, que são inconvenientes na ciência.

Com base no conceito de papel, pode-se fazer sempre uma distinção essencial de definições, entre a psicologia e a zoologia: o zoólogo dirige, evidentemente, a sua investigação para os comportamentos adequados ao papel; o papel natural do animal dominante será, portanto, o de defender a sua posição e o papel de uma mãe será manter os outros afastados da sua cria. Quando o psicólogo investiga os comportamentos agressivos, é evidente que se trata, pelo contrário, de comportamentos inadequados ao papel. Uma comparação das afirmações de ambas as ciências acerca do fenómeno da agressão não é possível, pelo menos a partir das evidências que aparecem na definição. A aplicação do conceito normativo do papel poderia ser, na verdade, de um valor considerável para os zoólogos, no que se refere aos animais superiores, segundo mostra a observação ocasional de babuínos, que «pediram contas» ao seu macho dominante, depois de este ter falhado numa situação de perigo. A morte do animal só dificilmente pode ser interpretada como uma agressão independente dos papéis, determinada pelo instinto.

TENTATIVA DE UMA NOVA DEFINIÇÃO

Queremos propor aqui, a título experimental, uma outra definição, que nem é concebida de uma forma demasiado restrita (comportamentos intra-específicos de luta), nem é limitada pela dependência de normas culturais (papéis):

A agressão é um comportamento que tem por objectivo conservar ou restabelecer a homeostase de um organismo, à custa e contra a resistência de outro. A definição da agressividade seria analogamente, do seguinte teor:

Será agressivo quem pratique agressões nitidamente com maior frequência e/ou intensidade do que outro, em circunstâncias comparáveis. Seguidamente aplicar-se-á a definição e abordar-se-ão alguns pontos problemáticos.

Se, *grosso modo*, subdividirmos todos os comportamentos em duas classes, então encontraremos, por um lado, comportamentos expressivos e, por outro, comportamento instrumentais. Na definição em questão, a agressão é concebida como uma subclasse especial dos comportamentos instrumentais. Seriam, assim, excluídos os comportamentos que embora possuam as características exteriores de uma agressão representam, no entanto, meramente uma expressão (reflexão) de processos psíquicos internos. Tal comportamento seria, por exemplo, o chamado ataque de raiva. Na condição de o indivíduo que exprime a sua raiva se encontrar numa situação de isolamento social, a distinção permanece sem problemas. Se, contudo, outras pessoas estão presentes, porventura até as que deram ocasião ao desencadear da raiva, a apreciação torna-se difícil.

A psicologia tinha procurado evitar inicialmente o problema da falta de rigor compreensivo, fornecendo uma definição que só depois de obtido o resultado (o que sem dúvida é mais objectivável) estabelecia uma classificação: a agressão seria qualquer comportamento que causasse dano a outro organismo. Segundo esta definição, porém, qualquer descuido que levasse *ocasionalmente* à definição de outra pessoa, seria classificado de agressão. Procurou-se invalidar esta objecção com a indicação de que um indivíduo só seria classificado de agressivo se praticasse esses descuidos com especial frequência. E então já não seriam, precisamente, descuidos *ocasionais*, mas teriam uma razão de ser «mais profunda» de que talvez nem sequer o próprio agressor tivesse alguma vez tido consciência (um ponto de vista, que ainda hoje é defendido pela psicanálise). Feita esta restrição, a definição contém, no entanto, uma proporção maior de imprecisões do que a definição que parte da intencionalidade

(danificação intencional); pois, abstraindo completamente de que o conceito «frequência» deve, por seu turno, ser determinado, introduz-se na definição, através de uma interpretação teórica da personalidade, um pressuposto não comprovado, em detrimento do conceito estatístico de frequência.

Um outro ponto de estranhar, na nossa própria definição, reside no conceito de *homeostase*, que só pode ser compreendido como um bem-estar *subjectivo*. A análise de um estado ambicionado, sentido subjectivamente como satisfatório, pode conter erros que a psicologia procurou precisamente evitar, indicando de forma absurda, como objectivo do comportamento agressivo, não o estado do organismo *actuante*, alcançado depois da agressão, mas sim uma modificação de *outro* indivíduo. Porém, ainda que esta definição corresponda em grande medida aos critérios formais de investigação empírica, ninguém aceitaria seriamente que a danificação representasse, em todos os casos, o verdadeiro objectivo de um acto agressivo. Nem sequer poderia ser exactamente este o caso, numa sequência de comportamentos que encontra, de facto, a sua conclusão numa agressão — quando, por exemplo, alguém dá pancada noutra indivíduo. O objectivo que lhe é subjacente é o restabelecimento de um estado determinado, a «honra» de uma posição autoritária, por exemplo, etc. Em nosso entender, conseguir o rigor da definição (uma danificação, a não ser que seja de natureza física manifesta, também não é facilmente comprovável, sem objecções) não depende da substituição de nenhuma relação, com o inconveniente de uma limitação arbitrária do conceito de agressão.

A «danificação» apresentada na definição psicológica como objectivo, é aqui expressa pelo conceito «à custa de». Pretende-se indicar assim que há padrões de comportamento inteiramente diferentes que podem servir para restabelecer a homeostase.

Seria este o caso, por exemplo, do chamado comportamento construtivo, que não se executa à custa de um parceiro social. No caso

mais simples, isso poderia acontecer através da produção nova de um objecto, que então poderia ser concebida como uma «agressão» em relação ao objecto (considerada pelos psicanalistas como «possível», isto é, como uma agressão anti-social).

DEMARCAÇÃO EM RELAÇÃO AOS COMPORTAMENTOS COMUNICATIVOS E ANTI-SOCIAIS

Introduzimos na definição a expressão «contra a resistência» para demarcar claramente a agressão não só em relação a comportamentos expressivos mas também em relação à ameaça de agressão. Contra a opinião da maioria dos autores (que incluem a ameaça na classe das agressões verbais), estamos de acordo com Schmidbauer (1972) em que a ameaça passa por uma outra característica essencial da agressão. Referimo-nos à variável da discussão, que significa sobretudo que o agressor se expõe ao perigo de sofrer ele próprio mais danos do que a tirar proveitos da sua agressão. A ameaça deve ser encarada, antes, como um comportamento de comunicação, que torna precisamente supérflua a própria agressão, o que, tendo em consideração também os danos potenciais do agressor, é para este pleno de sentido.

Há ainda a discutir o equívoco de que um acto agressivo seria comparável com comportamentos anti-sociais ou criminosos, uma opinião que é hoje frequentemente defendida.

Quando alguém deixa de prestar socorro, falsifica um documento, rouba alguma coisa, etc., pode não se tratar forçosamente de agressões. Sê-lo-ão as acções que se realizam contra a resistência de outro organismo. No entanto, no caso inverso a demarcação é mais nítida, como já foi indicado acerca da problemática dos papéis e das normas. Há actos inteiramente agressivos, que encontram uma aprovação social geral como a pena de prisão ou a guerra. O que é ou não criminoso, é determinado apenas por um acordo geral, mas não deve, contudo, ser confundido com a agressão.

FORMAS DE AGRESSÃO

Não foi, propositadamente, incluída na definição a indicação de que só se chamaria agressão ao acto realizado à custa e contra a resistência de outro organismo, quando se tratasse de *conspecificos*. Os próprios etologistas vêm-se permanentemente obrigados a desprezar esta sua própria restrição; e nós procurámos demonstrar, referindo alguns exemplos, que esta restrição é de facto insustentável. Não queremos com isso negar a existência de uma diferença entre os actos agressivos intra e extra-especificos. Reconhecemos também uma diferença semelhante entre a agressão física e verbal, sem estarmos dispostos a excluir a agressão verbal. Visto que este problema pode ser provavelmente resolvido de maneira mais proveitosa, através de uma subdivisão ulterior do fenómeno da agressão, voltaremos ainda a este assunto.

Seria de indicar, contudo, em primeiro lugar, que a divisão e delimitação das espécies é inteiramente uma questão de convenção. A utilidade desta convenção entre as pessoas torna-se bastante duvidosa. Há sinais suficientes para que a pessoa, servindo-se do seu intelecto, não use apenas características morfológicas, quando se quer demarcar de outros seres vivos. Por um lado, pode ser sentida uma clara diferenciação também no *interior* da espécie humana. A título de exemplo, citamos aqui, não sem reservas, os Papuas ou os Esquimós, que podem ser sentidos por algumas das pessoas estranhas à sua raça, como já não pertencentes à espécie. Basta apenas ter presente as ideologias do nacional-socialismo e do fascismo (judeus, eslavos) ou das potências coloniais (chineses, indianos, negros). Por outro lado, as diferenças entre a pessoa e os animais domésticos passam a ser, em parte, sentidas como tão pequenas («os nossos companheiros de quatro patas»), que a definição, pela sua componente «contra-conspecificos», corre o perigo de favorecer um abuso ideológico.

A diferenciação dos comportamentos agressivos em subclasses parece heurísticamente

mais rica do que uma exclusão demasiado rigorosa de vários tipos de comportamento. Tal diferenciação realizar-se-ia particularmente por duas razões: por um lado, para indicar sempre — numa definição as causas possíveis; por outro lado, porque do ponto de vista de uma aplicação dos resultados científicos, nem todas as formas de agressão têm a mesma importância. O interesse incide mais sobre disputas bélicas do que sobre invectivas subtis entre cientistas.

Sob este ponto de vista, foi já mencionada a subdivisão em agressão física e verbal; uma diferenciação, portanto, segundo os instrumentos utilizados. Mais importante é uma outra distinção que já Buss (1961) tinha indicado: entre agressão *instrumental* (no sentido mais restrito) e agressão *hostil*. Entende-se aqui por agressão instrumental, que o agressor, conscientemente, só emprega o acto de agressão como meio para atingir um objectivo muito determinado. Durante um assalto, não se trata, para o autor do delito, de lesar fisicamente a sua vítima. Apesar disso ele utiliza este meio para atingir o seu fim, o dinheiro. Parece ser diferente, quando espia um adversário para o espancar. Também aqui, como já foi indicado, há na verdade um objectivo, porém, este é alcançado em conjunto com a danificação. A primeira forma de agressão pode, com efeito (secundariamente), ser acompanhada por um estado emocional, no entanto foi planeada sem a sua influência e foi racionalmente dirigida durante o seu decurso. A segunda forma (danificação pelo gosto da própria danificação) foi acompanhada, ou melhor, possibilitada primeiro por um estado emocional.

AGRESSÃO — INSTRUMENTO EFICAZ E ÚLTIMO RECURSO

A última distinção a referir é importante, porque aqui a agressão tem um significado inteiramente diferente, se não assentar até em bases diferentes. Posivelmente, a distinção mais importante para a investigação das causas,

não reside nem na dimensão «instrumental-não instrumental» nem na dimensão «com emoção-sem emoção» mas antes na distinção dos actos agressivos como meio mais eficaz e como último recurso. Esta distinção pode ser bem demonstrada com o comportamento de um animal dotado de uma constituição resistente. Se encontra um adversário, intimida-o primeiro com uma ameaça e procura expulsá-lo e, se isto continua a não surtir efeito, passa a um acto de agressão, que é utilizado, neste caso, como o meio mais eficaz. Se o adversário é mais forte, o animal põe-se em fuga; se é levado a uma situação em que já não é possível qualquer fuga, o animal comporta-se de novo agressivamente, desta vez, porém, porque todos os outros meios estão esgotados.

Moyer (1972) propõe uma divisão ainda mais diferenciada de classes de agressão, que não se baseia apenas nas características da situação, em que é usada mas apresenta ainda (se bem que também não sejam delimitáveis com inteira clareza) bases fisiológicas: agressão contra a presa, agressão induzida pelo medo, agressão por irritação, agressão para defesa do território, agressão para defesa das crias, agressão instrumental, agressão relacionada com a sexualidade.

UM MODELO FUNCIONAL DA AGRESSÃO

Para poder representar de forma mais consistente causas possíveis e logo, também, possibilidades de modificação, será apresentado a seguir um modelo funcional. Um simples modelo do tipo «se... então...» não é recomendável, porque como já vimos num acto agressivo tomam parte muitos componentes diferentes. Temos de ter em conta componentes constitutivos e de aprendizagem, bem como as suas interacções (em sentido matemático), tanto relativas ao processo de motivação como às características da própria acção, assim como os resultados das interacções de todos estes componentes a um nível de complexidade su-

perior. Nas pessoas, como nos animais, aparecem além disso, no processo de motivação, forças contrárias (inibições ou seja: ansiedade), que tornam igualmente improvável a hipótese de linearidade em relação ao efeito. Escolhemos como forma de representação um modelo teórico sistémico que pode, sem pressupostos, ter em conta estes dados (Bertalanffy, 1968). Um modelo teórico sistémico tem especialmente a vantagem de ser (ao contrário do modelo hidráulico de Lorenz), inteiramente abstracto, impedindo assim, junto do leitor, construções análogas, não pretendidas pelo autor, sobre as estruturas do cérebro, vias nervosas, energia, etc.

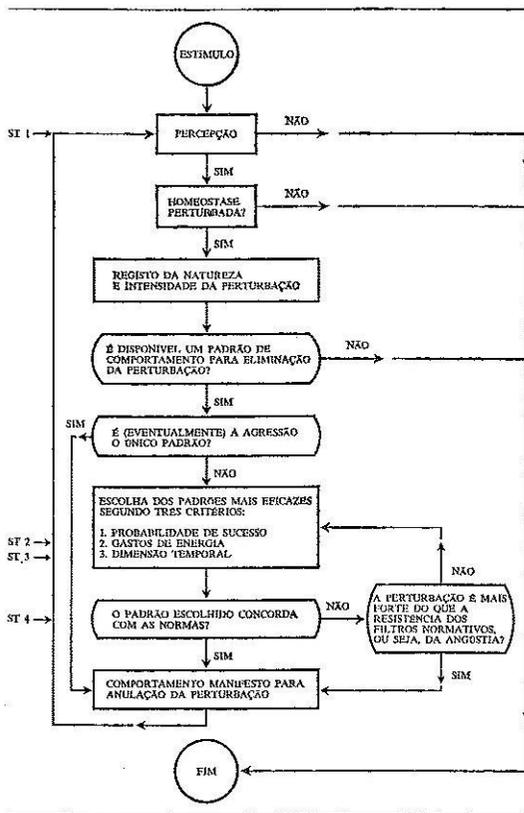


Fig. 1 — Modelo funcional teórico de sistemas, com indicação dos pontos de controle externo (ST) para modificação dos comportamentos.

O modelo reproduz uma sequência de comportamentos como uma cadeia de decisões binárias (sim-não) num circuito regular. Parte da existência de um estímulo (por exemplo, apro-

ximação de um indivíduo desconhecido) que é percebido pelo organismo; se isto não acontece, o comportamento não é de forma alguma afectado. Depois da percepção o organismo tem de decidir se a homeostase foi perturbada. Não seria perturbada, por exemplo, se o indivíduo permanecesse a uma certa distância. Se, porém, se regista uma perturbação, tem também lugar simultaneamente a determinação da natureza e intensidade da discrepância entre o valor actual e o que deveria ser. Em correspondência com a intensidade da perturbação, assim é activado o organismo. Num primeiro passo, verifica-se se estão à disposição do organismo padrões de comportamento, em geral, que permitam eliminar a discrepância. Se não é este o caso (incapacidade de movimento do organismo, por exemplo), não se segue qualquer acção. Se se dispõe de vários padrões de comportamento, então é escolhido primeiro o padrão situado mais acima na hierarquia (maior probabilidade subjectiva de sucesso) (a agressão, como meio mais eficaz) e submetido a um controle normativo. Se o padrão consegue passar neste filtro normativo, manifesta-se então num comportamento aberto, cuja relação de duração-intensidade depende da intensidade da perturbação homeostática. Depois de cada acção total ou parcial, verifica-se (início da cadeia de sistemas, de frente) se existe ainda discrepância, qual a sua grandeza, etc. Se o padrão com a maior probabilidade de sucesso (por exemplo, matar o adversário) não consegue passar o filtro normativo, então é experimentado o padrão seguinte com maior probabilidade, etc. No caso em que só se dispõe de um padrão, então será determinado apenas pelo filtro normativo, enquanto mecanismo inibidor (angústia, por exemplo), se se pode ou não actuar. No entanto deve-se verificar se a perturbação da homeostase não é tão elevada que possa vencer a resistência dos filtros normativos. Se for este o caso, segue-se um comportamento, mesmo com um resultado negativo do controle normativo (agressão como último recurso).

PROBABILIDADES DE CONTROLE

Em correspondência com o decurso do processo no sistema (em que os tempos de decisão são frequentemente tão pequenos, que devem ser compreendidos pela nossa percepção como não diferindo de zero), podemos agora concretizar condições para os comportamentos agressivos e seu controlo. Em primeiro lugar, é óbvio que nenhuma acção pode ter lugar enquanto não for constatada uma discrepância da homeostase. Como primeira possibilidade de controlo (na figura, representada por ST1) de cada comportamento, portanto, também da agressão, poder-se-ia pensar em reduzir o estímulo introduzido ou então procurar que este seja apreciado como insignificante, não desencadeando nenhuma acção. Não se faz, com isto, a suposição irreal de que seria possível impedir qualquer discrepância e, logo, qualquer processo de motivação. Haverá sempre necessidades naturais como as ligadas à alimentação, sono, sexo, etc. Seria possível, porém, realizar-se um controlo sobre a restrição de necessidades não naturais, as que, por exemplo, são intensamente provocadas no âmbito de uma sociedade de consumo.

De forma alguma a criação de necessidades conduz, forçosamente só por si, a comportamentos agressivos. Mais importante do que o controlo das necessidades parece ser o controlo dos meios para a satisfação das necessidades. Podemos estar inteiramente certos de que, também nas pessoas, há estímulos — sinais inatos, desencadeadores da agressão (por exemplo, o punho cerrado?). Deste facto, contudo, resulta apenas que podemos imaginar também outras reacções, visto que se dispõe de um repertório completo de reacções possíveis a numerosos estímulos desencadeadores, com diferenças inter-individuais, naturalmente.

Com maior razão seria esse o caso em que a perturbação da homeostase não resulta de tais estímulos-sinais mas remonta a necessidades aprendidas ou, pelo menos, influenciadas por factores de aprendizagem. A agressão é aqui usada porque é o meio mais

eficaz, rápido e seguro para satisfazer o desejo. Então o dinheiro, indispensável a uma vida no «perfume do grande e vasto mundo», em vez de ser arranjado por meios construtivos (trabalho), é conseguido com um acto agressivo. A agressão torna-se, pois, especialmente provável quando existe um desequilíbrio flagrante entre a intensidade da perturbação homeostática (pressão da necessidade) e a pequena disponibilidade de meios sancionados para satisfação da necessidade. Portanto, se uma sociedade não pode existir sem a criação de necessidades e a sobreprodução (o que não está provado), então é necessário, para evitar os actos agressivos instrumentais, proporcionar aos membros dessa sociedade meios eficazes e legais para satisfação das necessidades.

Parece, aliás, que as necessidades, mesmo as de maior intensidade, não levam a actos agressivos contanto que a sua satisfação seja sentida como ficando fora do alcance do indivíduo, isto é, quando não se dispõe de nenhum meio que consiga, dadas as circunstâncias, uma probabilidade de sucesso correspondente ao risco. Assim, as revoluções não surgem, ao que parece, quando a miséria e a repressão são mais duras, mas antes quando uma longa fase de privações é substituída por uma fase de relativo bem-estar, a que se segue de novo uma recessão (Davies, 1962).

Por processos de aprendizagem, a agressão poderia certamente ser controlada com perspectiva de sucesso, de duas maneiras diferentes: por um lado, por o indivíduo reconhecer a dimensão temporal de uma perturbação homeostática e aprender assim a não ter de satisfazer imediatamente as necessidades, por outro lado, por outros meios não agressivos passarem, como sendo igualmente eficazes, para a posição superior da hierarquia de padrões de comportamento. Se, por exemplo, numa sociedade se reagisse em geral de tal maneira que as necessidades ou desejos de um indivíduo fossem satisfeitos depois de um pedido prévio, assim como depois de uma agressão, poder-se-

-ia prever, com grande segurança, que para a realização dos desejos dificilmente mais alguém recorreria à agressão (ST2). Mais difícil de fazer observar é, no entanto, o treino para um alargamento do período até à satisfação das necessidades (ST3).

Uma quarta possibilidade (e ainda que situada no fim da cadeia de sistemas, talvez seja até a mais eficaz) de modificação dos comportamentos agressivos surge com a possibilidade de influenciar os mecanismos inibidores. A educação (referimo-nos aqui não só à educação dada pelos pais, mas ao conjunto das influências culturais), poderia reforçar tão conseqüentemente as inibições contra os actos agressivos, que só uma necessidade de alta intensidade poderia passar por estes filtros. O facto de com tal atitude educativa relativamente aos comportamentos agressivos se poder conseguir uma impressionante diferenciação sexual, prova que não se trata aqui, de modo algum, de uma suposição utópica. A nossa educação procede, justamente em relação a este ponto, de forma especialmente diferencial. Em vez de impedir as agressões em geral, como padrão de comportamento, a sociedade criou um sistema extremamente subtil para avaliação das ocasiões em que a agressão é permitida ou até mesmo desejada: um rapaz não se deve deixar rebaixar, uma rapariga deve ser dócil. Um polícia pode, em caso de necessidade, matar para atingir o seu objectivo, um criminoso é severamente condenado por isso. As nações podem conduzir guerras, para defesa de determinados interesses, execuções em massa equivalentes são pelo contrário proibidas a um pequeno grupo.

Mais explicitamente: o autor considera uma das razões principais para o emprego frequente de actos agressivos, não que aos *gangsters* não seja permitido também matar, mas que isso continue ainda a ser permitido a outros, sob determinadas justificações. Numa época em que papéis e normas, como dados naturais, são cada vez mais postos em dúvida pela ciência

e nos tornamos mais conscientes de que tais instituições servem frequentemente apenas determinados grupos, mal se estranha se, além disso, o complicado sistema de inibições começa a vacilar no que respeita às agressões. Sobretudo se as pessoas que não dispõem de uma elevada capacidade intelectual de diferenciação ou estão neuroticamente perturbadas, podem sucumbir demasiado facilmente às insinuações de um maquiavelismo apresentado através de um objectivo militar.

A TERAPIA DA AGRESSIVIDADE

Para terminar, uma indicação acerca da terapia da agressividade (na condição de esta não ser determinada por uma patologia cerebral): ainda que, a verdade, a construção de inibições dê provas de ser o meio mais eficaz, no entanto (em virtude da confusão geral das normas) só responsabilmente deve ser aplicado a um único indivíduo. Se também não se pode limitar a criação de necessidades, porque um sistema económico só é capaz de viver através da procura daí resultante, resta, como possibilidade terapêutica apenas uma influência sobre a hierarquia dos tipos de comportamento possíveis para a satisfação das necessidades e possibilidades de adiamento da sua realização. Este é pois, também, o caminho mais frequentemente trilhado pela *Terapia do Comportamento*: com base num processo de aprendizagem o indivíduo agressivo sofre a experiência de que os seus desejos já não podem ser impostos por meio de agressões; simultaneamente são reforçados outros tipos de comportamento mais sociáveis, sendo concedida a realização de um desejo quando estes surgem.

Uma outra técnica praticável resulta também da influência sobre a avaliação dos estímulos percebidos. Pode-se levar um cliente, através de uma série de prescrições de aprendizagem (através, por exemplo, do chamado treino de afirmação, isto é, um reforço de sentimento do próprio valor), a não sentir, em geral, uma ofensa como tal ou, pelo menos, a

não compreender sempre como um estímulo, perante o qual tem que desencadear uma acção agressiva. (Para mais pormenores sobre a terapia do comportamento ver, por exemplo, Kanfer e Phillips (1970); sobre a terapia da agressão em especial, ver Bostow e Baylay (1969).

REFERÊNCIAS

- ASHLEY MONTAGU, M. F. (1968)—*Man and Aggression*, Oxford Univ. Press, New York.
- BAKER, J. W.; SCHAIE, K. W. (1969)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 12:80.
- BANDURA, A.; WALTERS, R. H. (1963)—*Social Learning and Personality Development*, Holt, Rinehart & Winston, New York.
- BANDURA, A. (1963)—*J. Abn. Soc. Psychol.*, 66:3.
- BANDURA, A. (1973)—*Aggression: a Social Learning Analysis*, Prentice Hall, New York.
- BERKOWITZ, L. (1962)—*Psychiatry*, 25:23.
- BERKOWITZ, L.; LE PAGE, A. (1967)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 7:202.
- BERKOWITZ, L. (1969)—*Roots of Aggression. A Re-examination of the Frustration-Aggression-Hypothesis*, Atherton Press, New York.
- BERTALANFFY, L. von (1968)—*General System Theory*, Braziller, New York.
- BOSTOW, D. E.; BAILEY, J. B. (1969)—*J. Appl. Beh. Anal.*, 2:31.
- BRAMEL, D. (1968)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 8:384.
- BUSS, A. H. (1961)—*The Psychology of Aggression*, Wiley, New York.
- DAVIES, J. C. (1962)—*Am. Social Rev.*, 27:5.
- DOLLARD, J. (1939)—*Frustration and Aggression*, Yale Univ. Press, New Haven.
- DORSCH, F. (1970)—*Psychologisches Wörterbuch*, Meiner, Hamburg.
- FESBACH, S. (1961)—*J. Abn. Soc. Psychol.*, 63:381.
- HARTMAN, D. P. (1969)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 11:280.
- HEILIGENBERG, W. (1964)—*Z. Tierpsychol.*, 21:1.
- HEINRICH, K. (1961)—*Filmerleben, Filmwirkung, Filmerziehung. Der Einfluss des Films auf die Aggressivität bei Jugendlichen*, Schroedel, Berlin.
- HICKS, D. J. (1965)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 2:97.
- HINDE, R. A. (1967)—*New Society*, 2:302.
- JANDER, R. (1968)—*Z. Vergl. Physiol.*, 59:319.
- KANFER, F. H.; PHILLIPS, J. S. (1970)—*Learning Foundations of Behavior Therapy*, Wiley, New York.
- LAUDIEN, H. (1965)—*Z. Wiss Zool.*, 172:133.
- LORENZ, K. (1937)—*Die Naturwissenschaften*, 25:289.
- LORENZ, K. (1963)—*Das Sogenannte Böse*, Borotha-Schoeler, Wien.
- MALLICK, S. K.; McCANDLESS, B. R. (1966)—*J. Pers. Soc. Psychol.*, 4:591.
- MEGARGEE, E. I.; HOKANSON, J. E. (1970)—*The Dynamics of Aggression*, Harper & Row, New York.
- MOYER, K. E. (1971)—*The Physiology of Hostility*, Markham, Chicago.
- PATTERSON, G. (1967)—*Monogr. Society Res. Child Develop.*, 32:1.
- POPPER, K. (1966)—*Logik der Forschung*, Mohr, Tübingen.
- PRECHT, H. (1973)—*Naturwiss Rdsch*, 26:375.
- ROTHAUS, P.; WORCHEL, P. (1964)—*J. Pers.*, 32:296.
- SCHALLER, G. (1972)—*The Serengeti Lion*, Univ. Chicago Press, Chicago.
- SCHMIDTBAUER, W. (1972)—*Die Sogenannte Aggression. Die Kulturelle Evolution und das Böse*, Hoffmann & Campe, Hamburg.
- SCOTT, J. P. (1966)—*Amer. Zoologist*, 6:683.
- SEIFFERT, H. (1971)—*Einführung in die Wissenschaftstheorie*, Beck, München.
- SELG, H. (1966)—*Diagnostik der Aggressivität*, Hogrefe, Göttingen.
- SELG, H. (1971)—*Zur Aggression Verdammt?* Kohlhammer, Stuttgart.
- SINGER, J. L. (1972)—*Steuerung von Aggression und Gewalt*, Akad. Verlagsges., Frankfurt.
- SPENCE, K. W. (1956)—*Behavior Theory and Conditioning*, Yale Univ. Press, New Haven.
- ULRICH, R. (1966)—*Am. Zoologist*, 6:643.
- WALTERS, R. H.; THOMAS, E. L. (1963)—*Can. J. Psychol.*, 16:244.
- WICKLER, W. (1970)—*Verhdlg. Deutsch. Zool. Ges.*, 64:291.
- WILSON, E. O. (1973)—*Science*, 179:466.